



## **ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA E A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE SÃO BRAZ NO PAE EIXO FORTE EM SANTARÉM/PA**

**Valdecy dos Anjos da Silva  
Marcelia Castro Cardoso  
Antonio José Mota Bentes  
Thiago Almeida Vieira**

### **Resumo**

Este artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte em Santarém, Pará, tendo como objetivo principal analisar a sustentabilidade de assentamentos agroextrativistas a partir da ótica da comunidade de São Braz. A pesquisa centrou-se na identificação das atividades produtivas desenvolvidas no assentamento para verificar se as mesmas são compatíveis com a proposta de desenvolvimento comunitário, assim como analisar a capacidade de sustentação financeira das famílias assentadas a partir das atividades agroextrativistas preconizadas no Plano de Desenvolvimento (PDA) e Plano de Utilização (PU) do PAE.

Palavras-chave: Atividades produtivas. Sustentabilidade. Agroextrativismo.

### **1 Introdução**

O estudo da dinâmica dos projetos de assentamentos no Brasil tem crescido em razão da grande importância que esses territórios rurais têm ocupado no contexto da regularização fundiária e seus impactos sobre o uso dos recursos naturais, especialmente os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) que foram concebidos para promoverem o desenvolvimento sustentável dos territórios da Reforma Agrária.

Nesse contexto, o agroextrativismo foi promovido como uma alternativa de desenvolvimento sustentável dos territórios de comunidades tradicionais na Amazônia, sendo esse processo resultado da luta dos movimentos sociais, ambientalistas e sindicais. Na Amazônia, populações tradicionais, e os projetos de assentamentos agroextrativistas fazem parte desse processo histórico de construção. Nos últimos anos a preocupação com a sustentabilidade dos territórios e dos sistemas produtivos conduziu a regularização fundiária a um olhar mais atento da realidade rural e agrícola e ao desenvolvimento sustentável.



Segundo Vasconcelos & Camargo (2012, p. 421), em sentido amplo, o extrativismo reúne todas as atividades de extração, ampliando-se quer a produtos vegetais, quer a produtos animais ou ainda minerais [...]. Por este viés, a atividade extrativista pode ser analisada como o principal fator para a criação dos territórios rurais de identidade agroextrativista, pois este processo tem sido uma resposta as inúmeras reivindicações de populações tradicionais, principalmente, os seringueiros e castanheiros extrativistas, ao direito de realizar suas atividades extrativistas e permanência em áreas tradicionalmente ocupadas.

A regularização da terra de forma coletiva é tida como uma etapa fundamental na proteção dos direitos territoriais das famílias agroextrativistas, já que historicamente a Amazônia tem sido pressionada por diferentes atores sociais que desenvolveram ao longo do tempo atividades econômicas sem a devida preocupação ambiental.

Com o acesso à terra, surgem novas unidades de produção agrícolas e a oportunidade da manutenção, com dignidade, dos estilos de vida desses agricultores.

Assim, este trabalho teve como objetivo principal analisar a sustentabilidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte (PAE), Santarém, Pará, a partir da ótica dos assentados da comunidade de São Braz.

A pesquisa centrou-se na identificação das atividades produtivas desenvolvidas no assentamento, destacando as atuais e aquelas que deixaram de ser executadas, com o objetivo de verificar se as mesmas são compatíveis com a proposta de desenvolvimento comunitário do PAE Eixo Forte, assim como analisar a capacidade de sustentação financeira das famílias assentadas a partir das atividades agroextrativistas preconizadas no Plano de Desenvolvimento (PDA) e Plano de Utilização (PU) do PAE.

A pesquisa realizada esteve pautada nas ferramentas metodológicas da análise bibliográfica e documental. Também foram realizadas visitas de campo para caracterização e reconhecimento da área em estudo. Durante as visitas de campo realizaram-se entrevistas e aplicação de questionários com perguntas estruturadas fechadas e abertas junto a 28 assentados registrados na base da Relação de Beneficiários (RB) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – SR30, nos meses de fevereiro e abril de 2017, as questões contidas nos questionários



buscaram obter dados gerais como sexo, faixa etária, nível de escolaridade, profissão, renda familiar, atividades produtivas, fontes de renda, entre outras.

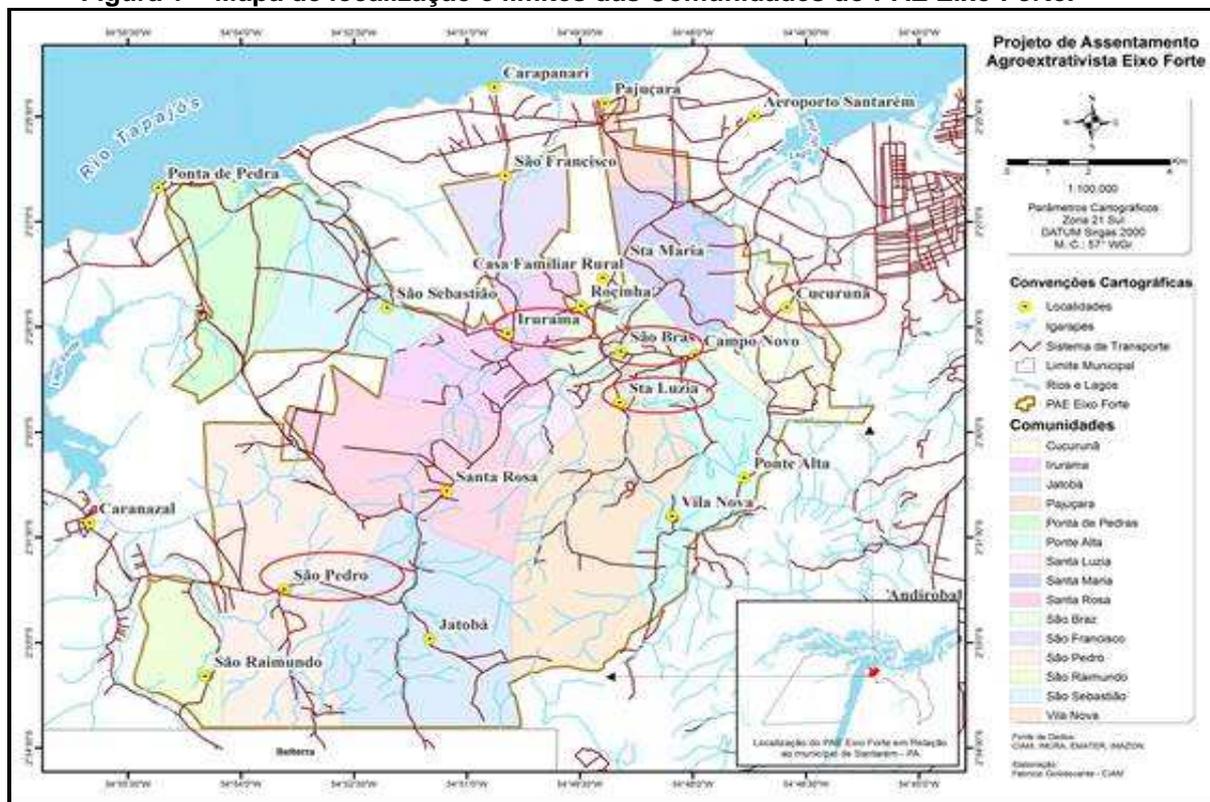
## 2 Breve caracterização da PAE Eixo Forte São Braz

O PAE Eixo Forte faz parte da modalidade especial de assentamento de Reforma Agrária no Brasil, cujas atividades desenvolvidas pelos moradores baseiam-se, sobretudo, na utilização dos recursos naturais, notadamente aqueles inseridos no conceito de agroextrativismo.

A criação desta modalidade de assentamento na região do Eixo Forte foi motivada pela necessidade de garantir às famílias assentadas o uso sustentável da terra, onde historicamente vivem e produzem, levando-se em conta as suas características de costumes e tradições.

A área do Eixo Forte foi regularizada na forma de Projeto Agroextrativista (Figura 1), Portaria INCRA/SR-30/Nº 44/05 de 20 de Dezembro de 2005, sob a matrícula Nº 1565, ficha 1565, livro nº 2, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém/PA, acerca de 3 km de distância da sede municipal, com uma área de 17.272,94 ha, para atendimento de 1.029 famílias (EMATER, 2008).

Figura 1 – Mapa de localização e limites das Comunidades do PAE Eixo Forte.



Fonte: SEMMA/ CIAM, 2016.

O PAE é formado por dezesseis comunidades tradicionais, dentre elas a comunidade de São Braz em estudo e, que está localizada na zona rural, mas que pela proximidade com a área urbana do município absorve influências da cidade, visto que o acesso se dá pela Rodovia Fernando Guilhon, seguido pela Rodovia Everaldo Martins (PA 457), que liga o centro de Santarém ao Distrito de Alter do Chão.

Isso tende a facilitar a interação das áreas rurais e urbanas e, acaba por tornar certos hábitos cotidianos urbanos bastante nítidos no meio rural.

As comunidades estão organizadas e representadas pela Federação das Associações de Moradores, Comunidades e Entidades do Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte - FAMCEE. O INCRA coordena as ações dentro do assentamento, e utiliza como um dos instrumentos de gestão, o Plano de Utilização (PU) do assentamento, que é o regulamento feito pelos moradores e aprovado pelo



INCRA para a devida utilização da área, cabendo ao INCRA legitimá-lo para que tenha sustentabilidade jurídica.

### 3 Análise do Assentamento

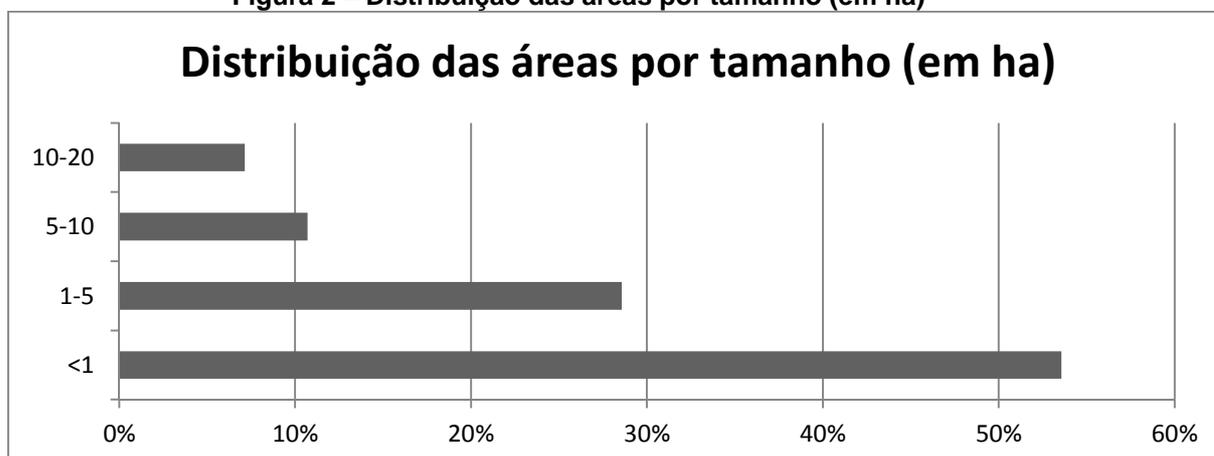
A partir do levantamento realizado com os moradores da comunidade São Braz, dos sujeitos entrevistados, a maioria é constituída por mulheres (57%), e todos entrevistados são paraenses. Destes 32% nasceram na própria comunidade e 67% em outras localidades do território santareno.

Quanto à faixa etária, parte tinha idade variando de 40 a 60 anos (39%); 32% com idade entre 20 a 40 anos e a minoria encontrava-se na faixa etária de 60 a 80 anos de idade (29%).

Com relação à profissão, 35% responderam ser estudantes, 33% agricultores, 8% domésticas, 8% autônomos, e 16% informaram exercer atividades como vendedor, mototaxista, montador, mecânico, caseiro. Assim, percebe-se o predomínio de muitas profissões não agrícolas, em geral exercidas na área urbana, por parte dos assentados que residem nesta comunidade rural.

Dos entrevistados, 75% afirmaram estar na área por ter sido assentado pelo INCRA e 25% afirmaram ter recebido por herança a área no assentamento. Conforme Figura 2 quando perguntado sobre a distribuição de áreas por tamanho (em ha) 54% afirmaram possuir área de até 1 hectare; 29% entre 1 e 5 hectares; 11% entre 5 e 10 hectares e 7% entre 10 e 20 hectares.

**Figura 2 – Distribuição das áreas por tamanho (em ha)**





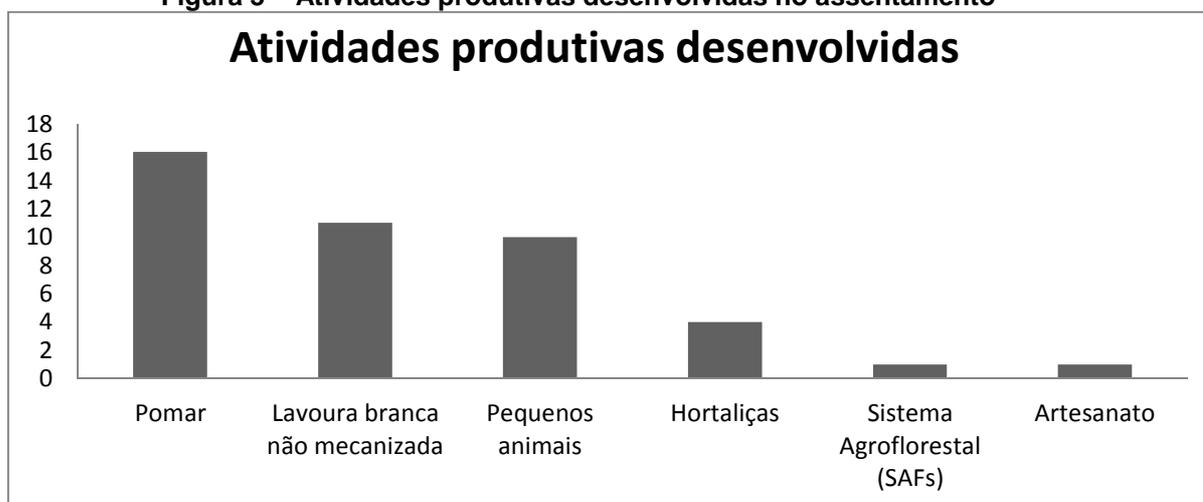
Quando perguntado sobre o tempo de permanência no assentamento, 32% afirmaram estar entre 5 a 10 anos; 25% a mais de 30 anos; 21% a menos de 5 anos; 14% entre 10 a 20 anos e 7% entre 20 a 30 anos.

Acerca da situação fundiária em relação ao PAE junto ao INCRA, 68% das famílias afirmaram estar na Relação de Beneficiários (RB) homologada em situação regular; 18% estão aguardando homologação pelo INCRA; 11% encontram-se na RB bloqueado em situação irregular e 3% estão fora da RB.

Embora os casos de irregularidade estejam em menor escala, a situação fundiária não resolvida dentro do assentamento representa um estado de insegurança que fragiliza a proposta do PAE e condiciona o acesso universal a direitos fundamentais garantidos pelo programa nacional de reforma agrária, tais como, crédito habitação e produtivo.

Das atividades produtivas desenvolvidas no assentamento (Figura 3), o cultivo de pomares, seguido de lavouras brancas não mecanizadas foram as principais atividades citadas pelos assentados. Os sistemas de pomar juntamente com os SAFs e o artesanato, representam 42% das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias na comunidade São Braz.

**Figura 3 – Atividades produtivas desenvolvidas no assentamento**





De acordo com os assentados, embora sejam exercidas diversas atividades produtivas, elas ainda não são autossuficientes para sustentar as famílias assentadas. Desta forma, 40% dos entrevistados afirmaram ser a aposentadoria uma das principais fontes de renda da família, seguida da produção agrícola (26%); assalariados que não possuem carteira assinada (13%) e assalariados com carteira assinada (8%); 6% com renda da bolsa família; 6% de atividades autônomas e 1% advindas de artesanato.

A produção agrícola e o artesanato constitui a produção agroextrativista do assentamento e representam apenas 27% no contexto de todas as fontes de renda.

Dos 26% que responderam produção agrícola, 75% produzem farinha; 14% frutas *in natura*; 10% outros produtos derivados da mandioca e 1% polpas de frutas.

As condições dos ramais de acesso ao assentamento, consideradas como péssimas pelos assentados, bem como o restrito acesso à água potável representam os maiores problemas enfrentados pelas famílias. Tais problemas, em conjunto com outros relativos à infraestrutura, contribuem para as dificuldades enfrentadas na produção e escoamento das atividades desenvolvidas em São Braz.

A maioria, dos entrevistados (71%) afirmaram possuir o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e terem o entendimento do que é um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Destes, 79% afirmaram ser o PAE a melhor forma de regularização fundiária, destacando a importância de estar regularizado ambientalmente no assentamento.

A maioria das famílias (71%), ainda utilizam o fogo para limpeza das áreas de produção e 86% afirmaram limpar a área de forma individual e 14% de forma coletiva.

A Tabela 1 evidencia que os assentados estão cientes das problemáticas que ocorrem na comunidade e de como isso afeta a sociobiodiversidade do assentado. É atribuída, em sua maioria, à população local a responsabilidade de saber combinar o desenvolvimento das atividades e a conservação dos recursos naturais, sobretudo a combinação das atividades econômicas, conservação do meio ambiente e manutenção qualidade de vida da população.

**Tabela 1 – Demonstrativo dos problemas socioambientais na percepção dos assentados na comunidade São Braz, Santarém, Pará**

<b>Problemas socioambientais em São Braz</b>	<b>%</b>
Assoreamento dos rios, lagos, igarapés e nascentes	14
Desmatamento	13
Queimada	13
Morte de nascentes, igarapés	10
Invasão de áreas na comunidade	9
Poluição de rio, igarapés, lagos, etc	7
Energia elétrica	6
Barulho excessivo oriundo da rodovia	6
Caça e pesca predatória	6
Falta de rede de esgoto	4
Falta saneamento	8
Proliferação de doenças por meio do lixo	4
Descarte irregular de lixo na comunidade	3
Esgoto direto nos igarapés	1
Falta escola	1
Urbanização desordenada	1
Uso de agrotóxicos em plantação	1

Em vista disso, a gestão do assentamento é realizada através das organizações locais, sendo que 96% dos entrevistados afirmaram participar de alguma organização social na comunidade.

No Brasil, o processo de exclusão no campo e demais injustiças sociais perdurou e ainda ocorre. Para Claval (2009, p. 21), a luta contra a exclusão aparece em primeiro lugar como um problema político entre dois ou mais grupos. A integração só se torna possível quando os grupos conseguem construir uma forma de cidadania aceitável para todos. Ainda segundo o autor a luta contra a exclusão exige a definição de políticas para criar um quadro de referência comum a todos os grupos e uma



mobilização de meios de integração, que reflete na tomada de atitude por parte da própria comunidade.

Embora os assentamentos agroextrativistas ainda tenham conflitos internos e externos a serem resolvidos, eles representam uma possibilidade de melhoria nas condições de vida da população.

#### **4 Atividades produtivas e sustentabilidade do Assentamento**

O Projeto de Assentamento Agroextrativista é uma modalidade especial de assentamento, que incentiva a prática de atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais assentadas, sejam elas baseadas na extração dos recursos naturais da floresta, do extrativismo animal e produção sustentável agrícola, pecuária, hortícolas, artesanais, assim como o turismo ecológico.

E ainda, que sua implantação objetiva conservar características peculiares dos povos e comunidades tradicionais que nele habitam, para que mantenham o costume do uso da terra, viverem e produzirem para o sustento das famílias.

Segundo o Plano da Amazônia Sustentável (2008), a sustentabilidade do desenvolvimento dos assentamentos rurais, como a modalidade PAE, depende da regularização fundiária das terras públicas e da consolidação dos assentamentos rurais, adequados a diversidade sociocultural, econômica e ambiental na região. Destaca que uma das estratégias é a implantação de modalidades, como os PAEs e a consolidação dos seus instrumentos de planejamento, seleção de beneficiários, criação em áreas com solos adequados, com disponibilidade de recursos hídricos, boas condições de acessibilidades aos mercados consumidores, melhorar infraestrutura e adequar suas atividades e procedimentos à legislação ambiental.

Neste sentido, para explicar o viés da sustentabilidade do PAE Eixo Forte, acrescenta-se as palavras de Ruiz (1999, p. 33), em que o desenvolvimento sustentável busca três objetivos essenciais: um objetivo puramente econômico, a eficiência na utilização dos recursos e o crescimento quantitativo; um objetivo social e cultural, a limitação de pobreza, a manutenção dos diversos sistemas sociais e culturais e a equidade social; e um objetivo ecológico, a preservação dos sistemas



físicos e biológicos (recursos naturais *lato sensu*) que servem de suporte à vida dos seres humanos.

Neste sentido, no capítulo da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, determina a Carta Magna (BRASIL, 1988), em seu Art. 186, que a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulamentam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

As atividades produtivas do assentamento, desenvolvidas pelas famílias assentadas em São Braz, são praticadas em pequena escala, de forma tradicional, com baixo nível tecnológico, ainda do modo rústico e com baixo grau de impacto no ambiente. Por outro lado, uma parte pequena dos assentados faz uso de agrotóxico e, que em época de limpeza de área para o cultivo, o risco de queimadas descontroladas é alto pela falta de conhecimento de técnicas do uso do fogo pelas famílias.

Por isso, a maioria das famílias não tem conseguido se manter somente com a renda das atividades produtivas do assentamento como única e/ou principal fonte de renda. Não tem garantido a sustentação financeira das famílias da comunidade São Braz, que possuem várias outras atividades como fonte principal ou complementar decomposição da renda familiar.

Os vários problemas socioambientais, práticas e atitudes que ameaçam os recursos naturais, bem como assoreamento de igarapés, com consequência de redução significativa estoque pesqueiro (base da dieta alimentar da comunidade), desmatamento, queimadas, invasão de áreas na comunidades são alguns dos entraves que colocam em risco a questão da sustentabilidade. Isto porque, são aspectos que prejudicam o equilíbrio do processo de conservação e preservação ambiental, e da relação do homem/meio e do homem/homem.



Levando em conta que as atividades produtivas precisam ser desenvolvidas em conformidade com a legislação ambiental, o Cadastro Ambiental Coletivo do assentamento constitui um procedimento essencial para se chegar a regularidade ambiental, e, por conseguinte, a sustentabilidade do assentamento de acordo com a legislação ambiental, de modo a cumprir com a responsabilidade socioambiental em arranjos produtivos, como também na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

A regularidade ambiental de qualquer atividade produtiva, além de obrigatória, constitui-se em uma medida essencial para a sustentabilidade socioambiental da propriedade, o cumprimento da legislação ambiental possibilita o surgimento de novos negócios, diminuição nos custos de produção, melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e das demais formas de vida no planeta. Esse é o primeiro passo de comprovação de responsabilidade socioambiental no arranjo produtivo e no conjunto de atitudes com tendências ambientais. Várias são as medidas que devem ser tomadas para a regularização da propriedade rural, sendo que duas delas são essenciais para a manutenção de qualidade ambiental e dos processos ecológicos e físicos da propriedade em conformidade com o uso de áreas produtivas. (SILVA, 2016, p. 92).

Para Machado (1993), o desenvolvimento sustentável pressupõe uma preocupação de equidade social entre as gerações, devendo estar presente, logicamente, numa mesma geração. Desta forma, várias medidas e mudanças de atitudes ainda precisam ser providenciadas na tomada de decisão referente aos processos produtivos rumo a sustentabilidade ambiental do assentamento.

Por derradeiro, o importante é que a sustentabilidade do assentamento seja algo almejado por todos. Porém, é necessário um esforço comum para que se chegue a este objetivo. Além disso, o PAE precisa ser melhor assistido pelo seu órgão gestor e pelo Estado. Estes esforços poderão mitigar os problemas ambientais (por meio da educação ambiental, p. e.). Práticas e mudanças de atitudes devem ser melhoradas, visto que o desenvolvimento socioeconômico dos imóveis rurais, dependem exclusivamente que os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e consciente e com responsabilidade no ambiente rural, sem levar risco ao ambiente e a própria qualidade de vida da comunidade local.



## 5 Atividades agroextrativistas e a relação com o PDA e o Plano de Utilização.

Vários fatores viabilizam o assentamento agroextrativista, dentre os quais estão o decreto de sua criação; o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o Plano de Utilização (PU), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e a Organização Comunitária. Os quatro primeiros estão ligados as políticas públicas de reforma agrária e o último representa a contrapartida dos moradores para a consolidação e gestão do assentamento.

Em relação às políticas públicas de desenvolvimento do PAE, 46% dos moradores da comunidade São Braz afirmaram não ter recebido nenhum tipo de ação ligada às políticas obrigatórias de apoio a implantação, consolidação e emancipação do assentamento. Esta situação reflete de alguma forma no funcionamento ou fragilização do modelo fundiário e produtivo em questão.

Por outro lado, no que se refere à organização e a gestão do assentamento, a maioria dos moradores entrevistados em São Braz participam das organizações comunitárias (96%), mas 54% avaliam que o funcionamento desse processo ainda é regular no âmbito da comunidade; e no nível do PAE, 54% consideram precário o funcionamento da Federação e 46% dizem não ter conhecimento da existência de uma estrutura coletiva de gestão neste território.

Essas são questões importantes reveladas na pesquisa, uma vez o PDA é o instrumento que estabelece as diretrizes e ações para o desenvolvimento agroextrativista, o Plano de Uso às regras de como os recursos naturais disponíveis devem ser usados pelos moradores, o CCDRU a garantia legal de permanência na terra, e a organização comunitária a gestão colegiada do território. Tais condições são preconizadas na abordagem do PAE e são imprescindíveis para o desenvolvimento e sustentabilidade do PAE Eixo Forte.

O Plano de Utilização elaborado pelas comunidades, com apoio de organizações governamentais e não governamentais, estabeleceu as regras e princípios que preconizam o uso adequado dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas praticadas pelas famílias nas comunidades que compõem o assentamento, visando garantir a sustentabilidade do PAE Eixo Forte.



O documento reafirma o compromisso dos moradores em promover o uso responsável dos recursos naturais, o respeito ao meio ambiente e a prática racional de atividades que produzam a geração de renda para a melhoria da qualidade de vida de todos os moradores, observando os critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social. Além disso, o PU é também, um instrumento que orienta a fiscalização das regras elaboradas e aprovadas pelos próprios moradores do PAE Eixo Forte e que faria parte do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU) a ser emitido pelo INCRA aos moradores garantindo o uso dos recursos naturais de forma sustentável (PU/EMATER, 2011).

Tanto o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), quanto o Plano de Uso (PU) são preconizados na perspectiva de serem ferramentas orientadoras do desenvolvimento do assentamento, de forma a garantir a sobrevivência dos moradores, com ênfase nas atividades produtivas econômicas e de subsistência, sem que este processo cause dano ao meio ambiente e sua biodiversidade, garantindo a sua renovação e reprodução ao longo do tempo para as gerações presentes e futuras.

O Plano de Uso reafirma, portanto, que o desenvolvimento sustentável do PAE se dará através da participação ativa dos assentados na implantação dos projetos contidos no PDA; e que seria necessário o desenvolvimento de projetos coletivos complementares à geração de renda, de modo que as atividades produtivas pudessem ser otimizadas economicamente numa perspectiva de diversificação produtiva, incluindo a pesca, a agricultura, a pecuária, o turismo comunitário, estabelecimentos comerciais, artesanato, dentre outras.

Na comunidade de São Braz foi possível observar elementos importantes ligados às atividades produtivas econômicas e uso dos recursos naturais que ajudam a fazermos uma análise sobre a capacidade de sustentação financeira das famílias a partir das atividades agroextrativistas preconizadas no PDA e PU do PAE.

Uma das primeiras questões observadas neste estudo se refere a ocupação desordenada das áreas de preservação permanente tanto por moradores, como por pessoas que adquirem terras na comunidade a revelia das regras do assentamento conforme se encontra previsto no Art. 15 e 16 do Plano de Uso.

Com base nas informações levantadas em campo e depoimentos informais dos moradores, tal regra não vem sendo observada no tocante a ocupação das áreas de



uso por moradores dentro do assentamento. No caso da comunidade São Braz, por estar localizada as margens de uma rodovia estadual pavimentada a PA Everaldo Martins, e do Igarapé do mesmo nome, e próxima a cidade de Santarém, torna a área vulnerável ao cumprimento das regras do PU; o que de certa forma contribui para a fragilização do assentamento e sua sustentabilidade.

No artigo 20 do PU é estabelecido como regra a proibição de construção de residências e balneários nas margens de igarapés, lagos e fontes, obedecendo à Lei Federal nº. 4.771/65 a época. E ressalta que, as ocupações já existentes deveriam passar por uma avaliação da comunidade, permanecendo somente as que fossem de interesse comunitário.

Pelo que foi possível observar durante a pesquisa de campo, este processo não tem ocorrido. As ocupações irregulares permanecem e tudo indica que se ampliaram nos últimos anos e a comunidade demonstra não ter capacidade de resolver o problema conforme estabelece as regras do plano de uso.

No que tange as atividades de extrativismo florestal, o PU afirma que é de responsabilidade das comunidades, identificar e garantir a conservação de áreas de concentração de espécies de valor extrativista (PU, 2011). Enquanto que o PDA atribui ao manejo tradicional da vegetação, ao preparo de área com queima e de agricultura itinerante, a baixa fertilidade natural dos solos existentes, como fatores que levaram a perda das riquezas vegetais ao longo do tempo, e ressalta que o tempo de regeneração natural das capoeiras é lento, dificultando a prática da agricultura tradicional (PDA, 2008).

Nesse sentido, observou-se que os moradores da comunidade São Braz desenvolvem atividades de recuperação de solos degradados por meio da implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que na composição das atividades desenvolvidas representam 16% do total do esforço empreendido no desenvolvimento da produção, seja para fins econômicos ou de subsistência, sendo que o pomar ao redor da casa que complementa esta atividade com 34% e a agricultura 50%.

Considerando o esforço com SAFs e o Pomar, viu-se que 50% das atividades de uso do solo estão enquadradas às normas do PU, nos seus artigos 18 e 19, afirmando que deverão ser empreendido esforços com órgãos competentes através de parcerias para o enriquecimento de capoeiras visando a reprodução das principais



espécies extrativistas, sendo que este processo reflete também as diretrizes do PDA quando se refere a necessidade da recuperação de áreas para a reposição florestal do assentamento.

Apesar do PU preconizar que cada morador poderá ter direito a até 100 hectares de terra para o seu uso no PAE, observou-se que a maioria das áreas das famílias no assentamento são pequenas, inviabilizando as atividades agroextrativistas que caracteriza o assentamento conforme pode ser observado na Figura 2.

O PU estabelece que os moradores com áreas pequenas para o trabalho produtivo seriam compensados através do incentivo a projetos compatíveis com a sua realidade, mas isso não tem ocorrido na comunidade de São Braz, o que de alguma forma reflete a realidade de todo o assentamento.

A existência de problemas socioambientais reflete uma realidade com tendência de agravamento nas comunidades, cuja situação encontra-se em desacordo com as normas do plano de utilização que estabelece a proíbe qualquer forma de destruição ou depredação das Áreas de Preservação Permanente do PAE Eixo Forte, mesmo que em processo de formação, ou utilizá-las com o descumprimento das normas de proteção em lei.

A mesma preocupação é atribuída a proteção dos recursos hídricos, em cujas áreas são proibidas a construção de residências e balneários nas margens de igarapés, lagos e fontes, situação que não vem sendo cumprido em relação as normas do PU.

Sobre as atividades agrícolas propriamente ditas, o PU estabelece preocupação em relação ao uso do fogo como mecanismo de preparo das áreas de produção. Preconiza que o uso de fogo deverá ser feito de forma comunitária e controlada, utilizando os métodos de preservação que não coloque em risco a vizinhança e a perda de biodiversidade. O plano indica o uso de algumas técnicas para o uso de fogo na atividade agrícola, tais como, aceiro no entorno da área a ser trabalhada, comunicação aos vizinhos antes de realizar a queima, queimar nos horários mais frios e monitorar a queima até que a mesma não apresente mais risco a ninguém.

Importante dizer que a Lei nº 12.651, de 2012, prevê com relação ao uso que:



O Governo Federal deverá estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que promova a articulação institucional com vistas na substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e no manejo do fogo em áreas naturais protegidas.

De acordo com a pesquisa de campo realizada, 71% dos entrevistados afirmaram usar o fogo no preparo das áreas agrícolas; sendo que 86% realizam de forma individual e apenas 14% usam o fogo de forma coletiva.

O estudo identificou que a maioria das famílias desobedece às normas do Plano de Utilização que estabelece a prática comunitária/coletiva como regra de manejo do fogo na atividade produtiva. E mais, o processo produtivo deveria estar em consonância com as diretrizes e ações do plano de desenvolvimento do assentamento, cujo processo deveria ser implementado com planejamento e apoio técnico.

## 6 Considerações Finais

A preocupação com os modos de produção e o meio ambiente também fazem parte da realidade dos assentamentos. A busca por um equilíbrio entre o aumento da produtividade e a redução dos impactos à natureza pode ser alcançada por meio de estratégias de trabalho em conjunto e da organização dos processos produtivos.

A relação entre o homem e o espaço é fundamental. Além do grande desafio da humanidade de conciliar as atividades econômicas com conservação ambiental, tem-se a necessidade da convivência harmônica entre os diferentes atores e suas atividades, vital para a sobrevivência humana e manutenção da qualidade ambiental.

Apesar dos Assentamentos Agroextrativistas representarem um processo de conquista no campo da regularização fundiária dos moradores da região do Eixo Forte, o estudo realizado na comunidade São Braz, revelou que o PAE possui enormes desafios para se consolidar como uma alternativa viável que integra o uso dos recursos naturais com a preservação da biodiversidade e seus ecossistemas e a qualidade de vida dos moradores.



Algumas questões reveladas no estudo, como o tamanho das áreas usadas pelas famílias, às fontes que compõem a renda familiar e as atividades produtivas, são alguns dos dilemas que podem ser traduzidos como os desafios que as famílias têm para viabilizar o Projeto de Assentamento Agroextrativista e consolidá-lo como a melhor alternativa de regularização fundiária, cujo resultado reflete na melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da república. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira /Presidência da República.** Brasília: MMA, 2008.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União n. 191-A, Brasília, 06 de outubro de 1988.

CLAVAL, Paul. Globalização, migrações, inclusão e exclusão: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Geralda de & CRUZ, Beatriz Nates. (Orgs.). **Território e Cultura: Inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais.** Goiânia, 2009.

CORRÊA, Ana Karolina Ferreira & PINHEIRO, Renata Maués. **Os PAEs como possibilidade de regularização fundiária e sustentabilidade ambiental em áreas ribeirinhas: o caso da Ilha Campompema (PA).** IN: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre: 2010.

EMATER-PARÁ. **Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte - PU.** Santarém, 2011.

EMATER-PARÁ. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte - PDA.** Santarém, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Princípios gerais do direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira** [em Antônio Herman V Benjamim, coord.: Dano Ambiental – prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993]

RUIZ, José Juste. **Derecho Internacional del Medio Ambiente.** Madrid, MacGraw-Hill, 1999.

SILVA, Valdecy Dos Anjos da. **Função socioambiental da propriedade e unidade de conservação: um estudo de caso na Área de Proteção Ambiental - APA Alter do Chão no município de Santarém-PA.** Trabalho de Conclusão de Curso

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



(Graduação em Direito). Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Jurídicas. Santarém: 2016.

VASCONCELOS, Mayda Richelle Cavalcante; CAMARGO, Alexandro Francisco. **Agroextrativismo Sustentável na Reserva Extrativista do Rio Cajari Amapá-Brasil**. Universidade Federal do Amapá: 2012.